

## VAMOS ESTUDAR? (1965): A CARTILHA DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS

*Iara Zimmer*

*Universidade Federal de Santa Catarina  
iaraz@ig.com.br*

*Clares M. Sada Boldo*

*Universidade Federal de Santa Catarina  
claires@ca.ufsc.br*

*David Antonio da Costa*

*Universidade Federal de Santa Catarina  
david.costa@ufsc.br*

### **Resumo:**

O presente trabalho trata de uma análise dos conteúdos de matemática apresentados na cartilha “Vamos Estudar” 4ª série do autor Theobaldo Miranda Santos, de modo a verificar se estes atendem à legislação de ensino vigente em Santa Catarina na época de sua publicação. Para isso, faz-se uma breve abordagem histórica das leis e decretos mais significativos, a nível federal e estadual, que regulamentaram o ensino nas escolas primárias do Brasil do início à metade do século XX, com destaque para o ensino de matemática. Atendendo à questão norteadora da pesquisa, apresenta-se um quadro comparativo entre os conteúdos de matemática previstos pela legislação e os apresentados na cartilha, para a 4ª série primária, analisando a forma como o autor os desenvolve e verificando se alguns deles atendem os eixos temáticos: Aritmética, Geometria e Problemas e exercícios, em que se articulam os conteúdos da “Iniciação Matemática” na época.

**Palavras-chave:** educação matemática, Theobaldo Miranda Santos, legislação.

### **1. Introdução**

Este artigo apresenta uma análise da cartilha “Vamos Estudar”, de Theobaldo Miranda Santos, publicado em 1965 pela editora Livraria AGIR Editora<sup>1</sup>, com a finalidade

---

<sup>1</sup> Criada em 1944 por Alceu Amoroso Lima com o objetivo de promover as obras de escritores católicos. Ver [http://www.wikipedia.org/Editora\\_Agir](http://www.wikipedia.org/Editora_Agir)

de contribuir para a História da Educação Matemática. Este estudo fundamenta-se na história das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990) bem como nos estudos da história do livro didático (CHOPPIN, 2008) e está vinculado a um projeto maior que estuda as metodologias de ensino de matemática para as séries iniciais no estado de Santa Catarina no período de 1911 à 1970.

Para Chervel (1990), o estudo dos conteúdos escolares permite o acesso ao passado escolar. As análises dos livros didáticos nos dão pistas sobre como se desenvolveu determinado conteúdo escolar. Para Choppin (2008) ainda que a definição sobre o livro didático seja bastante controversa, o seu autor espelha suas intenções nas páginas dos livros de sua autoria. Conhecer o autor, bem como suas condições de produção de dada época nos esclarece a respeito das questões históricas sobre o ensino de determinado saber.

É importante destacar que o exemplar do livro didático, objeto de estudo, foi localizado no acervo da biblioteca da Escola de Educação Básica Lauro Muller - EEB Lauro Muller<sup>2</sup>, uma escola da rede pública situada no centro de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Isso é um forte indício de sua circulação nesta cidade.

Esta investigação exige análises de documentos oficiais da época no que tange à organização curricular nacional e à formação dos programas de ensino catarinenses.

## **2. Theobaldo Miranda Santos – o autor**

Theobaldo Miranda Santos (1904 – 1971) foi um intelectual ligado ao Campo da Ciência da Educação. Em 1945 publicou seu primeiro título “Filosofia da Educação: Os Grandes Problemas da Pedagogia Moderna”, que impulsionou uma intensa produção literária e pedagógica. Santos e outros autores católicos, nesse mesmo período, ampliaram as produções de impressos para conquistar o mercado editorial, principalmente para a formação de professores. Devido à sua atuação de professor no magistério em cursos secundários ele próprio era divulgador de seus livros, pois mantinha contato direto com seus leitores, Escolas Normais e faculdades. Era reconhecido como uma autoridade em educação, pois seus volumes apresentavam argumentos teóricos e metodológicos relevantes e necessários para os professores e com grandes contribuições para o magistério (ALMEIDA FILHO, 2008).

---

<sup>2</sup> Em homenagem a Lauro Severino Muller, um catarinense nascido em Itajaí, que teve sua vida dedicada à formação militar, chegando ao posto de major e coronel. Também foi Governador de Santa Catarina.

Por aproximadamente três décadas, seus volumes publicados circularam em outros meios estudantis dos cursos das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Ele publicou também livros didáticos de geografia, história, língua portuguesa, contos e poesias para o ensino primário, ginasial e colegial. Dessa forma, o referido autor construiu uma ampla literatura que abrangeu os três níveis de ensino: o primário, o secundário, o ensino normal e superior e, sobretudo, as Faculdades de Pedagogia.

Este grupo católico perdeu força na década de 50 e teve que criar um novo modelo, de saber e de poder, adequado ao mundo católico dos tempos modernos preservando a essência da fé crista e da doutrina católica. Almeida Filho (2008) conclui, após realizar seus estudos sobre as coleções de Theobaldo Miranda Santos, que os católicos conseguiram impor um modelo de pedagogia que vigorou e sustentou grande parte da formação de professores ao longo das décadas de 40 a 70 e que ainda está muito presente nos dias atuais.

### **3. Questão norteadora para a pesquisa**

O livro “*Vamos Estudar*” 4ª série, de Theobaldo Miranda Santos, apresenta-se em consonância com as leis que regiam o estado de Santa Catarina na época de sua publicação?

### **4. Trajetória do sistema educacional brasileiro e catarinense**

De acordo com Cury (2003, p.3), segundo o Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, sob o título “Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” (BRASIL, 1827, p.71), no Brasil foi oficializada a primeira lei de educação que instituía o ensino primário e a gratuidade do mesmo para os considerados cidadãos, ainda no tempo do Império. O Estado teve papel centralizador das políticas educacionais dessa época até a reforma constitucional de 12/08/1834, quando estas foram descentralizadas.

Em 24/02/1891 a Constituição Republicana garantia à União a atribuição para legislar sobre o ensino superior, enquanto que a responsabilidade pela administração e execução dos cursos de ensino primário e profissional era dos estados e municípios. Mas,

em 07/09/1926 ocorreu uma Revisão Constitucional que facultava à União inferir nos estados, na legislação sobre o trabalho e sobre o ensino. Em 1930 termina a República Velha e inicia-se a “Era Vargas” que já defendia a descentralização federativa para que os estados pudessem desenvolver melhor suas funções.

O período de 1937 a 1946 foi significativo no âmbito legislativo para o sistema educacional. A educação era importante para o desenvolvimento e carecia de normas que regulamentassem o ensino para a formação da classe trabalhadora. O país passava por grandes movimentos sociais (industrial e urbano), político, econômico, bem como foi nesse período que foram discutidas e elaboradas as leis do ensino brasileiro, abrangendo tanto o ensino primário quanto o ensino secundário. O Decreto-Lei Federal nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário) passou a organizar a proposta curricular nacional dividida em ensino fundamental e supletivo. Para Tanuri (2000, p.75) essa lei não trouxe grandes inovações, apenas regulamentou um modelo de ensino que já vinha sendo adotado em vários estados.

Santa Catarina, no ano de 1946, vincula-se à política de nacionalização do ensino instituindo a Lei nº 8.529 através do Decreto-Lei Estadual nº 298. Por consequência, decreta a Lei nº 3.732 que regula os Programas para os Estabelecimentos de Ensino Primário do Estado, garantindo um ensino primário gratuito, suas finalidades e uma matriz curricular articulada (mantendo sua estrutura) com a Lei Orgânica. Os componentes curriculares relacionados ao ensino primário davam-se, primeiramente, ao ensino da “Leitura e Linguagem oral e escrita” seguido do ensino de matemática com a “Iniciação matemática” e “Aritmética e geometria”.

## **5. Relacionando aspectos da obra com a legislação (federal e estadual) vigente**

É possível observar na obra de Santos (1965) a sua atenção aos princípios gerais da Lei Federal<sup>3</sup> buscando atender as demandas existentes no país, conforme mostra a segunda capa (figura 1), onde são apresentadas várias outras

---

<sup>3</sup> Decreto-Lei Federal nº 8.529 de 1946, artigo 12 que indicava que programas poderiam ser adaptados à realidade regional.

obras escritas para diversidade cultural do país, tais como Terras Bandeirantes, Minas Gerais, Ceará, Bahia, Paraná entre outros.

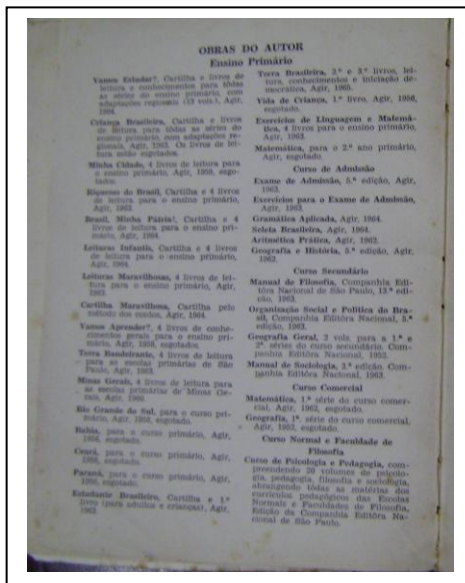


Figura 1: Segunda capa do livro “Vamos Estudar” 4ª série

Outro fator de destaque apresentado na cartilha é a preocupação do autor com as “Ciências naturais e higiene”, que se faz presente na capa do livro (figura 2) e também na página 7, terceira parte do índice geral, com o mesmo título dos conteúdos dessa disciplina considerados, na época, meios eficazes de incentivar a cultura nacional, manter a higiene do corpo e seu bom funcionamento.



Figura 2: Capa do livro “Vamos Estudar” 4ª série primária

Conforme a legislação vigente o conteúdo deveria ser desenvolvido de modo sistemático, graduado e de acordo com o interesse da criança. Para isso, o autor procurou ressaltar em seu prefácio esses aspectos “...Os trechos para leitura se baseiam em motivos genuinamente brasileiros; as noções de gramática e conhecimentos gerais foram dosados rigorosamente de acordo com a capacidade de aprendizagem da criança;...” (SANTOS, 1965, p.9).

Pode-se perceber, também, que o autor buscava “cumprir” as exigências curriculares com relação à ênfase dada ao ensino de leitura, gramática e matemática utilizando, para isso, metade da cartilha conforme se verifica no índice geral, páginas 5 a 8, da obra.

No que concerne à matemática, foco desta investigação, o Decreto- Lei nº 3.732 (SANTA CATARINA, 1946) que expede os programas para os Estabelecimentos de ensino primário do estado de Santa Catarina (Escolas Isoladas, Reunidas e Grupos Escolares) apresenta as “matérias” organizadas por curso, série/ano dos quais destacaremos apenas aquele que nos interessa - a 4ª série primária - com os seguintes objetivos (BRASIL, 1946):

- consolidar e ampliar os conhecimentos e as técnicas adquiridas nas séries anteriores;
- desenvolver na criança a capacidade de resolver problemas ligados às exigências da vida prática;
- proporcionar elementos que facilitem à realização de cálculos, aos trabalhos manuais e às atividades das cooperativas, clubes agrícolas e centros de pesca;
- orientar por meio de exercícios questões relacionadas com a vida econômica e profissional do País.

Os conteúdos da “Iniciação matemática”<sup>4</sup> se articulam em três eixos temáticos de conteúdos para cada série, “Aritmética, Geometria e Problemas e exercícios”. Para a 4ª série, são previstos os seguintes conteúdos: Aritmética, Numeração, Operações Fundamentais e Potenciação, Propriedades dos Números, Frações, Unidades de Medida, Geometria, Problemas e exercícios (BRASIL, 1946) os quais são também observados no índice geral do livro em análise e que apresentados a seguir.

---

<sup>4</sup> Fonte: SANTA CATARINA, 1946, p.10-15

Quadro de Conteúdos de Matemática

<b>Conteúdos indicados na legislação 4ª série</b>	<b>Conteúdos listados no livro 4ª série</b>
Aritmética.	Numeração. Numeração falada. Numeração escrita.
Numeração.	Numeração romana.
Operações Fundamentais.	Multiplicação.
Potenciação.	Divisão.
Propriedades dos Números.	Divisibilidade.
Frações.	Números Primos.
Unidades de Medida.	Máximo Divisor Comum.
Geometria.	Mínimo Múltiplo Comum.
Problemas e exercícios.	Frações ordinárias.
	Operações sobre frações ordinárias.
	Frações decimais.
	Operações sobre frações decimais.
	Conversão de frações ordinárias em decimais e vice-versa.
	Sistema Métrico Decimal.
	Medida de comprimento.
	Medida de superfície.
	Medidas agrárias.
	Cálculo de área.
	Medidas de volume.
	Medidas de capacidade.
	Medidas de massa.
	Sistema monetário brasileiro.
	Regra de três.
	Porcentagem.
	Juros.
	Noção de câmbio.
	Medidas de ângulos.
	Estudo da circunferência.

Um trabalho como esse<sup>5</sup> impossibilita a exploração de todos os tópicos apresentados na obra. Por isso, vamos tomar como exemplo, no eixo da Aritmética, dentro das operações fundamentais, o conteúdo Multiplicação, proposto e apresentado na cartilha de Santos (1965) nas páginas 174 a 179. Essa parte pode ser caracterizada como um conteúdo que permite consolidar e ampliar os conhecimentos e as técnicas adquiridas nas séries anteriores, conforme um dos objetivos apresentados.

O autor introduziu a operação multiplicação por uma definição descritiva exemplificada também por suas representações numéricas. O texto indicava a nomenclatura dos termos, linguagem escrita, falada e simbólica. Uma classificação de três casos é usada para efetuar multiplicações, respeitando o grau de dificuldade. Menciona duas formas de prova real (por meio da divisão ou por meio da prova dos nove) e ensina como fazer e utilizar uma tabuada chamada tábua de Pitágoras (figura 3).

exemplo, o 8, e na primeira coluna acima o outro número, 4. Do número 8, segue-se horizontalmente para a direita e do número 4, verticalmente para baixo. O cruzamento das duas colunas determina o produto de 8 por 4, que é 32, conforme se vê na tábua.

1	2	3	4	5	6	7	8	9
2	4	6	8	10	12	14	16	18
3	6	9	12	15	18	21	24	27
4	8	12	16	20	24	28	32	36
5	10	15	20	25	30	35	40	45
6	12	18	24	30	36	42	48	54
7	14	21	28	35	42	49	56	63
8	16	24	32	40	48	56	64	72
9	18	27	36	45	54	63	72	81

Tábua de Pitágoras

2º caso (multiplicação de um número composto por um número simples): Seja multiplicar 167 por 5. Multiplica-se cada algarismo do multiplicando 167 pelo multiplicador 5, conduzindo as reservas de cada ordem para a ordem seguinte, como fazemos na adição. Arma-se e efetua-se a multiplicação do seguinte modo:

$$\begin{array}{r} 167 \\ \times 5 \\ \hline 835 \end{array}$$

3º caso (multiplicação de dois números compostos): Seja multiplicar 425 por 248. Regra: "Para multiplicar um número de vários algarismos por outro de vários algarismos, multiplicam-se sucessivamente as unidades de cada ordem do

— 176 —

Figura 3: Tábua de Pitágoras

Santos (1965) procura explicar modos de fazer o cálculo mental (iniciando pela maior ordem ou fazendo arredondamentos) bem como descreve uma regra prática para multiplicações por 10, 100, 1000,... Buscava, assim, diversificar elementos que facilitassem a realização de cálculos. Encerra a seção com oito exercícios (responder, completar as igualdades, preencher, calcular, sublinhar a resposta correta, armar e efetuar multiplicações e calcular expressões numéricas) e oito problemas com suas respectivas soluções. Aqui é possível verificar a preocupação do autor em desenvolver na criança a

<sup>5</sup> Que incide em norma que limitam o número de páginas.



capacidade de resolver problemas ligados às exigências da vida prática como, por exemplo, o problema 5, “Um operário ganha 4 cruzeiros por dia e trabalha 24 dias por mês. Que quantia recebe por 5 meses de trabalho?” e problemas com temas relacionados com a vida econômica e profissional do país, como por exemplo, o problema 7, “Dez operários levaram 4 dias de 12 horas para lavrar um terreno de 5 alqueires. Quantas horas empregaram nesse trabalho?”(SANTOS, 1965, p. 179).

Na obra em análise, Theobaldo também contempla o eixo da Geometria e atende aos objetivos e exigências curriculares da época.

Com relação ao estudo da circunferência, tomado como um exemplo e apresentado nas páginas 223 (Figura 4) e 224, o autor inicia definindo circunferência e círculo, diferenciando-os através de ilustrações e citando nomes de objetos presentes no dia-a-dia do aluno, cujas formas se assemelham a uma circunferência ou a um círculo.

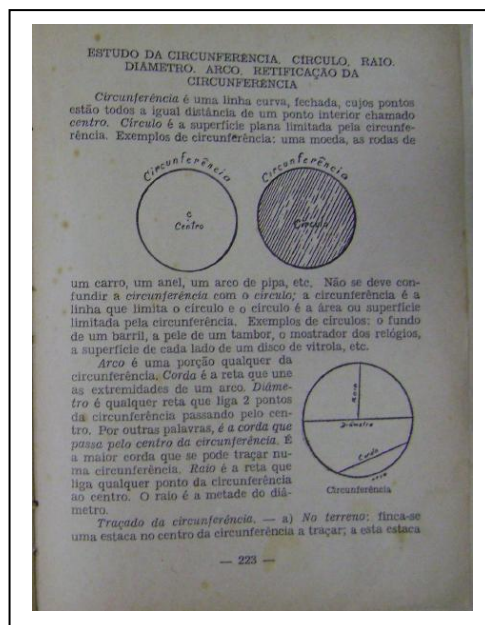


Figura 4: Página 223 do livro “Vamos Estudar”

Ao longo da apresentação de todo o conteúdo, que inclui definição de corda, diâmetro, raio, traçado e retificação de uma circunferência, é possível observar a preocupação do autor em relacionar os conteúdos a serem ensinados com situações da vida prática, o que é feito de forma simples e objetiva, permitindo ao aluno uma compreensão clara do assunto em estudo.

Ao contrário do que é proposto na maioria dos livros didáticos da época, Theobaldo sugere a construção e/ou a retificação de uma circunferência num terreno utilizando, para isso, materiais como estaca, vara e cordel, passando ao uso de um pedaço de barbante, alfinetes, lápis e folha de papel para, por fim, apresentar o compasso como o instrumento mais adequado e preciso para traçar uma circunferência.

Esta forma de abordar o conteúdo vem ao encontro do objetivo de proporcionar elementos que facilitem a realização de cálculos, aos trabalhos manuais e às atividades das cooperativas, clubes agrícolas e centros de pesca.

A exemplo dos demais assuntos, e que é feito em toda a obra, o autor finaliza propondo a resolução de oito exercícios atendendo, mais uma vez, aos eixos temáticos.

## **6. Considerações Finais**

Não há como negar que a legislação, como um dos instrumentos de intervenção, é fator determinante no rumo que certa área pode tomar. A educação brasileira, ao longo dos dois últimos séculos, veio sofrendo mudanças em decorrência da criação, da ampliação e da alteração de instrumentos normativos, na tentativa de se adequar à modernização, atendendo demandas colocadas pelo processo de desenvolvimento econômico, político e social do país e criando novas expectativas para a população brasileira.

Assim, para o período considerado neste trabalho, primeira metade do século XX, a legislação catarinense, subordinada à Lei maior (Decreto Lei nº 8529 – Lei Orgânica do Ensino Primário), ao definir as matrizes curriculares prescritas nos Programas para os Estabelecimentos do Ensino Primário, em particular no caso da matemática, intervém no sistema de ensino e dita às regras dos cursos primários às escolas, dando um novo rumo à educação no Estado e consolidando uma determinada ordem social.

Não se tratava de um poder aplicado à vida dos indivíduos, no sentido de controlá-los e de impor-lhes “o quê” ensinar e aprender, mas sim, de propor uma estrutura para o ensino da matemática (e das demais disciplinas, também), centrado numa formação básica, sobretudo, no curso primário elementar e supletivo, e em uma formação mais complexa no curso complementar para continuidade dos estudos, incentivando um ensino gradual, linear e articulado ao contexto da época.

Não sabemos precisar sobre a aplicação da Lei junto à prática do professorado da época e tampouco se ela foi seguida pelos autores que escreveram obras destinadas ao ensino da matemática durante o período considerado.

A análise da cartilha “*Vamos Estudar*” 4ª série primária, de Theobaldo Miranda Santos, nos permite concluir que o livro apresenta-se em consonância com as leis que regiam o estado de Santa Catarina na época de sua publicação. No que concerne à matemática, o autor não só atendeu como foi além das exigências curriculares prescritas nos Programas para os Estabelecimentos do Ensino Primário.

Os textos, os exemplos, os exercícios e as ilustrações apresentadas revelam uma articulação com a realidade e a experiência da criança. O uso de imagens ou figuras relacionadas ao contexto do país e os exercícios, exemplos e explicações envolvendo experiências reais dos estudantes, faziam parte das atividades de matemática e são aspectos marcante na obra em análise. Porém, sem abandonar o aprimoramento da precisão, da rapidez do pensamento e da dedução, confirmando que a matemática, também nos anos iniciais, deve ser considerada uma importante ferramenta de inserção social e um conhecimento útil ao país.

## 7. Referências Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, Orlando José. *A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos: (1945 – 1971)*. 2008, 368 f. Tese (Doutorado – Educação: História Política Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. *Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em 25 de março de 2013.

BRASIL. Decreto-Lei Federal nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946. *Lei Orgânica do Ensino Primário*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>>. Acesso em 25 de março de 2013.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Acervo da Biblioteca da Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, A. Le manuel scolaire, une fausse évidence historique. *Revue Histoire de l'éducation*, Paris, n. 117, p. 7-56, 2008.

CURY, C. R. J. *A formação docente e a educação nacional*. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/cne/formacao>> Acesso em 20/03/2013

SANTA CATARINA. Decreto-Lei Estadual nº 298 de 18 de novembro de 1946, *Lei Orgânica do Ensino Primário de Santa Catarina*. Acervo da Biblioteca da Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei Estadual nº 3.732 de 12 de dezembro de 1946, *Programas para os Estabelecimentos de Ensino Primário no estado de Santa Catarina*. Acervo da Biblioteca da Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina.

SANTOS, Theobaldo Miranda. *Vamos Estudar?* 4ª Série Primária. Livraria Agir Editora. Rio de Janeiro, 1965.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. Reflexões sobre o discurso pedagógico de Theobaldo Miranda Santos. In: *Anais... X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. Disponível em <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4643\\_2389.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4643_2389.pdf)>. Acesso em 25 jun. 2012.

TANURI, L. M. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, p. 61-88, mai./ago. 2000.